

Globo - Brasil



Nova medida depende de apoio ao programa de ajuste fiscal

Governo estuda criação de título para reajustar preços

SERGIO LEO

BRASÍLIA — O Governo estuda o lançamento de um novo título como indexador diário para a economia, assim que obtiver apoio para seu programa de ajuste fiscal, a ser divulgado na última semana de novembro. A informação foi dada ontem ao GLOBO por assessores do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. A proposta de criação desse título, que serviria para reajuste de preços e contratos, já tem o consenso da equipe econômica, embora persistam as discussões sobre a forma final. O ajuste fiscal inclui o novo Orçamento de 1994, com cortes suficientes para cobrir o déficit de mais de US\$ 25 bilhões.

Em palestra ontem, no Senado, onde discutiu a política econômica do Governo, Fernando Henrique enfatizou a prioridade que sua equipe dá ao ajuste fiscal. Ele disse já ter encontrado as fórmulas para enfrentar a inflação inercial (que provoca reajustes automáticos de preços de acordo com a inflação passada):

— Temos mecanismos que não são coativos para induzir a economia à estabilização — disse o ministro.



Roberto Stuckert

Fernando Henrique discursa no Senado: prioridade para o ajuste fiscal

A definição sobre o novo indexador, segundo um dos principais auxiliares de Fernando Henrique, depende do formato do ajuste fiscal: se acompanhado ou não da revisão constitucional, se baseado ou não na queda dos juros, entre outras medidas.

Preços e contratos passariam, voluntariamente, a ser reajustados pelo novo indexador, que poderia ser extinto sem traumas assim que cessassem os fatores que impulsionam a inflação.

Falando aos senadores, a quem garantiu que estão descar-

tadas alternativas como a dolarização ou o **currency board** (instituição independente com poder de emitir uma segunda moeda nacional, lastreada no dólar), Fernando Henrique cobrou apoio para as medidas que promete enviar ao Congresso na última semana de novembro. Para o ministro, cuja equipe prevê uma inflação em torno de 35% até dezembro, não há pressões de preços ou de demanda por produtos que justifiquem aumento da inflação. O único obstáculo à adoção de medidas para enfrentar a indexação é o desequilíbrio do setor público, afirmou o ministro.

— Não há nesse momento nenhum fator que pressione, até o fim do ano, a inflação — garantiu o ministro.

A principal preocupação do ministro é a redução do déficit potencial de US\$ 25 bilhões. Embora muitos assessores admitissem que o número poderia estar exagerado, o déficit pode ser até maior, se o Governo conseguir baixar a inflação. Isso porque os altos índices inflacionários permitem ao Governo reduzir gastos — comprimidos pela erosão inflacionária — e aumentar receitas — reajustadas periodicamente com a indexação dos impostos.